



O MODELO DA REPRESENTAÇÃO E SUA PRESUNÇÃO À UNIVERSALIDADE

da crítica Deleuziana aos
epistemicídios demonstrados por
Grosfoguel e o que a filosofia pode
deixar de ser

THE MODEL OF REPRESENTATION AND ITS PRESUMPTION
OF UNIVERSALITY

from Deleuzian criticism of the epistemicides demonstrated by
Grosfoguel and what philosophy can cease to be

João Valente¹

Universidade Federal de São Carlos

¹ Graduando em Filosofia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

E-mail: joao.valente@estudante.ufscar.br.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2398352948543689>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-2816-6860>.



RESUMO: Esse texto busca expor a crítica feita por Deleuze em “Diferença e Repetição” ao modelo da representação e a sua suposta universalidade dentro filosofia ocidental e ao mundo, uma pretensão incabível na perspectiva deleuziana, ao conceito de epistemicídio desenvolvido por Grosfoguel em seu texto “A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI”, para entendermos o impacto real da invalidação que o conhecimento ocidental, do modo como é estruturado, causa à pensamentos, ciências, filosofias não ocidentais e até a arte, para então enxergarmos a cosmologia na filosofia de Deleuze, e sua negação ao modelo tradicional ocidental. Para que esse caminho seja percorrido, será exposto brevemente o modelo da reconhecimento e da representação provindo das ideias de Platão, Descartes e Kant, fundadores mais difundidos de toda epistemologia ocidental, para então passarmos para a crítica deleuziana, e sua relação com aquilo apontado por Grosfoguel. Por fim, buscamos ao menos vislumbrar uma nova possibilidade de escopo filosófico, novos futuros que possam abranger a multiplicidade do pensar, sem limitar ou exterminar.

Palavras-chave: Epistemologia. Epistemicídio. Representação. Cosmologia.

ABSTRACT: This research looks to expose the critique made by Deleuze in “Difference and Repetition” to the model of representation and its supposed universality in the occidental philosophy and the world, an impossible pretension to the deleuzian perspective, to the concept of epistemicide developed by Grosfoguel in his text “The Structure of Knowledge in Westernized Universities Epistemic Racism/Sexism and the Four Genocides/Epistemicides of the Long 16th Century”, so we can understand the real impact of invalidation that occidental knowledge, in its structure, causes to thinkings, sciences, non western philosophies and even art, so we can perceive the cosmology in Deleuze’s philosophy, and his negation to the traditional western model. To run this path, we will need to expose briefly the model of recognition and representation derived from ideas of Plato, Descartes and Kant, the most widespread founders of all western epistemology, and then, we can go through the deleuzian critique, and its relation with that appointed by Grosfoguel. Finally, we seek to at least glimpse a new possibility of philosophical scope, new futures that may embrace the multiplicity of thinking, without limiting or exterminating.

Keywords: Epistemology. Epistemicide. Representation. Cosmology.



*“Por que tão duro? – falou certa vez ao diamante o carvão de cozinha; não somos parentes próximos?
Por que tão moles? Ó meus irmãos, assim vos pergunto; pois não sois meus – irmãos?
Por que tão moles, tão amolecidos e condescendentes? Por que há tanta negação, abnegação em vossos corações? Tão pouco destino em vosso olhar?
E se não quereis ser destinos e inexoráveis: como podereis um dia comigo – vencer?
E se a vossa dureza não quer cintilar, cortar e retalhar: como podereis um dia comigo – criar?
Pois todos os que criam são duros. E terá de vos parecer bem-aventurança imprimir vossa mão nos milênios como se fosseis cera – Bem-aventurança escrever na vontade de milênios como se fosseis bronze – mais duros que bronze, mais nobres que bronze. Apenas o mais nobre é perfeitamente duro.
– Esta nova tábua, ó irmãos, ponho sobre vós: tornai-vos duros!”
(GD, *O martelo fala*, 2006, p. 109).*

Introdução

O problema do conhecimento é um problema clássico e antigo dentro da filosofia, principal questão dentro da área da epistemologia. Em uma série de especulações e desenvolvimentos, algumas se destacaram e tornaram-se referências e mandantes dentro do mundo filosófico, sendo elas especialmente os sistemas de Platão, Descartes e Kant. Apesar das diferenças entre cada desenvolvimento e cada pensador em si, pode-se argumentar que em seu cerne, os três citados acima defendem a mesma base modelar do pensamento, formadora de toda experiência humana: o modelo da representação. Aquilo que se encontra no mundo, nesse sistema, nos é sempre RE-presentado, ou seja, já, a todo momento, existiria algo anterior a nossa existência que permite que esse algo nos seja dado mais uma vez, uma forma precedente a nossa percepção que já determinaria a ideia daquele algo.

Deleuze por sua vez, busca fazer a crítica a esse modelo em geral, apesar de Descartes ter superado problemas do sistema platônico, e, por sua vez, Kant ter superado problemas do sistema cartesiano, todos sofrem do mesmo empecilho, o qual todos os três tentaram varrer para debaixo do tapete da história da filosofia: ao tentarem se desvencilhar de todos pressupostos objetivos para discutir uma filosofia primeira, uma estética capaz de explicar a percepção e pensamento humanos, esqueceram-se de abandonar pressupostos subjetivos, que, presunçosos à universalidade, esquecem que conceitos particulares não podem ser um começo a todos. Dessa maneira, Deleuze busca desbancar o suposto absolutismo do sistema da representação na experiência humana e mostrar como



nessa tentativa de generalizar a produção humana de forma tão limitada nos privamos de uma pluralidade de pensamentos e destruímos qualquer coisa que se diga diferente do esperado.

Em conjunto a isso, Grosfoguel busca explorar a ideia do modelo de representação e suas consequências políticas na história, mais especificamente os epistemicídios contra pessoas não-homens, não-brancas e não-européias no século XVI, mas como sabemos, na continuidade na história, essa “universalidade” e predominância de pensamento desenrola-se até hoje, com grande marginalização e apagamento constante de qualquer tipo de desenvolvimento que ouse desafiar a linha da “normalidade” dentro do pensamento filosófico, nisto sendo o modelo da representação e todas suas consequências sociais e políticas, um plano de imanência que se enxerga como conceito e se coloca como um Ser absoluto, uno, completo, eterno. Claro, parece paradoxal discutir esse tipo de tema a partir da filosofia de Deleuze, um filósofo francês, porém é importante notar como foi um dos poucos dentro de seu meio de privilégio a colocar em xeque o modelo da representação e o cânone da filosofia, trazendo importante reflexão sobre a aceitação da multiplicidade como algo proveitoso, e mais, necessário. Portanto, Deleuze mostra como a invenção desse modelo de pensamento que busca ser universal, castrou a humanidade e foi justificativa para o sumiço de diversos conhecimentos e a morte e deslocamento de milhões de pessoas. O pensamento europeu que se tornou hegemônico por meio da força e da coerção, o modelo da representação sendo o núcleo da ciência aceita nas universidades ocidentalizadas, findou em racismo e sexismo.

Devemos então, buscar entender a crítica deleuziana ao pensamento representativo, as problemáticas de Grosfoguel na história do pensamento ocidental e humano, daquilo que foi apagado, e por fim, o que deve então ser da Filosofia, como devemos ao menos buscar uma nova perspectiva e tentativa de pluralizar ao embate com o próprio modelo da representação. A busca da filosofia deve sempre ser ampliar numa grande aceitação os diferentes conceitos que surgem nos planos de imanência, os quebra cabeças disformes que não se encaixam perfeitamente, mas convivem em complexidade e pluralidade necessária, em diversas e aberrantes expressões em sociedades além do modo de pensar ocidental.

1 A fundamentação do ser e do pensar: o modelo da reconhecimento

1.1 Os pressupostos na filosofia

Para falarmos de um início na filosofia é preciso se desfazer de todos os pressupostos. Contudo, esse movimento é de extrema dificuldade e delicadeza, pois podemos nos soltar de pressupostos



objetivos, mas nem sempre daqueles subjetivos, implícitos em algum conceito. O *Cogito* cartesiano, como diz Deleuze, não se esquivava de pressupostos “subjetivos ou implícitos, isto é, envolvidos num sentimento, em vez de o serem num conceito: supõe-se que cada um saiba, sem conceito, o que significa eu, pensar, ser” (Deleuze, 2018, p. 179). Assim, pode-se compreender que Descartes, na medida em que buscou fundamentar o pensamento, não pôde escapar de uma limitação, ou talvez, uma presunção à universalidade sensível, que supõe que seja inato à experiência humana as ideias de “eu, pensar, ser”. De nada adianta o eu puro do Eu penso direcionar pressupostos ao eu empírico, isso apenas gera uma ilusão de começo, uma aparência. Deleuze aponta esse mesmo problema em Platão, em Descartes, Kant e até ideias de Hegel e Heidegger. Na compreensão do autor, não há começo filosófico de fato, pelo menos não nesses sistemas, pois sendo ele a Diferença, já é Repetição em si, ou seja, cada começo é um tipo de recomeço, mas a verdadeira diferença que não se encontra de fato no discurso platônico por exemplo, não deve possuir pressupostos se seu objetivo consiste justamente em negá-los de fato e de direito, na busca de uma compreensão pura, livre da influência das experiências particulares.

A forma de pressuposto subjetivo “todo mundo sabe, ninguém pode negar” é a base do pensamento ocidental tradicional, “a forma da representação e o discurso do representante” (Deleuze, 2018, p. 180). “Eu penso, eu sou”, que seria a fundamentação cartesiana da filosofia, pressupõe, como dito acima, eu, pensar e ser – nisso se caracteriza a suposta universalidade de Descartes, ninguém duvida dessas ideias, pois seriam elas tão óbvias e claras à mente que não restariam perguntas.

Assim, Deleuze coloca como primeiro postulado da filosofia ocidental o princípio da *Cogitatio natura universalis*, a ideia do pensamento enquanto exercício natural de uma faculdade. Ele é voltado ao verdadeiro, sob a dupla característica de boa vontade do pensador e de uma natureza reta do pensamento (já que todos pensam por natureza, todos sabem o que significa pensar). A noção de pensamento, seria, portanto, sentimento, e não conceito, pois implicitamente se sabe o que é pensar, e, na lógica cartesiana, sabe-se desse modo, o que é ser, sendo este também de mesma categoria, já sendo conhecidos antes de tornarem-se um conceito, e de fato, não possuem uma definição forte por esse mesmo motivo. Seria basicamente uma renovação do Ser de Parmênides no sentido epistemológico, afinal, tudo que é pensa e tudo que há para pensar é. A crítica ao sofismo parmenidiano pelo visto andou em um círculo na filosofia, e nos levou a um novo modo de dizê-lo.

O pressuposto implícito que segue, portanto, é a Imagem do pensamento conceitual filosófico, sendo essa pré-filosófica e natural, provinda do elemento puro do senso comum:

De acordo com essa imagem, o pensamento está em afinidade com o verdadeiro, possui formalmente o verdadeiro e quer materialmente o verdadeiro. E é *sobre* esta imagem que cada um sabe, que se presume que cada um saiba o que significa pensar. Pouco importa, então, que a filosofia comece pelo objeto ou pelo sujeito, pelo ser ou pelo ente, enquanto o pensamento permanecer submetido a esta Imagem que já

prejulga tudo, tanto a distribuição do objeto e do sujeito quanto do ser e do ente (Deleuze, 2018a, p. 182).

A Imagem do pensamento é anterior, todo pensamento é necessariamente representativo dentro destes conformes que já preveem a formação de qualquer desenvolvimento filosófico. O pensamento não sendo um conceito, mas um sentimento natural a todo ser humano, possibilita que o montante ocidental queira justificar-se como universal, em uma perspectiva colonial, como “avançado” e “necessário”, colocando-se por direito num ato coercitivo como maneira de “bondade”. Nessa concepção, podemos argumentar com uma quase falta de um livre-arbítrio de pensamento, pois tudo já está familiarizado conosco e nós reconhecemos tudo muito facilmente, estabelecendo uma base fundadora para um colonialismo justificado intelectualmente, propondo uma episteme única.

1.2 o modelo da reconhecimento

A Imagem do pensamento é indissociável da filosofia assim fundamentada. Para o modelo da reconhecimento funcionar, é preciso que haja anteriormente, de modo inato, uma Imagem, uma Forma do pensamento, que tende ao verdadeiro, o possui, e conseqüentemente não há diferença de ordem que possa mudar esse pressuposto, ou torná-lo menos dominante ou necessário. As filosofias de Platão, Descartes, Kant, necessitam invariavelmente desse pressuposto pré-filosófico, ao contrário, não há começo de fato na filosofia ocidental tradicional; não é capaz de se formar, pois suas metodologias, baseadas na Imagem do pensamento, são fundadoras. A Imagem do pensamento, pressupõe uma repartição entre empírico e o metafísico, ela representa uma característica anterior à experiência, um decalque da própria experiência pela experiência, forma um Eu rachado que permeia todas as faculdades humanas.

A reconhecimento seria “exercício concordante de todas as faculdades sobre um objeto suposto como sendo o mesmo” (Deleuze, 2018, p. 184). Assim, nada mais é que a conjunção de reconhecimentos pelas faculdades da razão, impondo ao objeto uma identidade. Ela supõe um “bon senso”, uma concordância universal na qual todos seriam capazes de identificar objetos, um princípio subjetivo da razão; supõe também uma unidade no sujeito, em suas faculdades, ao contrário, não seria capaz de determinar no mundo. Essa identificação, como dito, nada mais é do que um “reconhecer”, ou seja, a noção de uma igualdade, ou semelhança, entre as faculdades, carrega a forma do Mesmo.

Assim é o *Cogito* enquanto começo, expressa a unidade das faculdades no sujeito e a chance destas mesmas se referirem a forma de um objeto que reflete a identidade subjetiva provinda do sujeito. Tanto em Descartes quanto em Kant “é a identidade do Eu no Eu penso que funda a concordância de todas as faculdades e seu acordo na forma de um objeto suposto como sendo o Mesmo” (Deleuze,



2018, p. 184). O senso comum é responsável por trazer a forma do Mesmo, e o bom senso, a determinação da participação de cada faculdade em diferentes casos, e portanto, sua combinação se completa na imagem do pensamento.

O pensamento é suposto como sendo naturalmente reto, porque ele não é uma faculdade como as outras, mas, referido a um sujeito, é a unidade de todas as outras faculdades que são apenas seus modos e que ele orienta sob a forma do Mesmo no modelo da reconhecimento. O modelo da reconhecimento está necessariamente compreendido na imagem do pensamento. Quer se considere o Teeteto de Platão, as Meditações de Descartes, a crítica da Razão Pura de Kant, é ainda este modelo que reina e que "orienta" a análise filosófica do que significa pensar (Deleuze, 2018a, p. 185).

Seja, dessa maneira, a teoria das formas platônica, o *Cogito* cartesiano ou a estética transcendental kantiana, é o modelo da reconhecimento que direciona o que significa “ser” e “pensar”. A questão do transcendental em Kant era apenas uma mudança de termos nessa visão, o transcendental nada mais seria que um novo termo de tentativa de quebra, a diferença é que Platão baseia-se na Ideia para sustentar sua teoria, enquanto a estética transcendental baseia-se na objetividade. O sujeito kantiano, o Eu transcendental apenas “assume a identidade que pertencia à Ideia em Platão e a comunica a seus conceitos” (Lapoujade, 2017, p. 53). Portanto, define-se um Eu rachado desde o “começo” da filosofia, uma diferenciação feita pelos três filósofos, que tentaram se superar com teorias que aparentavam ser diferentes, mas mantinham o pressuposto de algo anterior a experiência humana, seja o mundo das ideias, o *Cogito* ou os juízos sintéticos *a priori*. É preciso uma quebra no Eu, enquanto empírico e metafísico, sem essa separação, não é possível explicar o que é pensar, justamente pois não há definição. Pensar e Ser necessariamente devem ser inatos, universais, ao contrário, não há determinação de objetos, e assim, não há unidade no sujeito (ou inversamente), impondo o que seria uma multiplicidade desordenada que não é confiável, porque basearia-se no mundo sensível unicamente. Enquanto isso, pensar e ser, como vimos, vem a se fundar como um sentimento dentro do modelo da reconhecimento, pois *vem a ser* conceito, não são por começo, mas tornam-se. Apenas a partir desse sentimento que se pode encontrar qualquer coisa, então um método de isolamento, como proposto, mostra-se apenas incapaz e de certa maneira orgulhoso demais para admitir seus pressupostos.

Levando tudo isso em conta, aquilo que é reconhecido “é um objeto, mas também valores sobre o objeto (os valores intervêm, mesmo essencialmente, nas distribuições operadas pelo bom senso)” (Deleuze, 2018, p. 187), ou seja, os valores que damos aos objetos e ao sujeito na verdade, no modelo representativo já se encontram no próprio reconhecimento, a natureza boa, verdadeira e reta. Dessa forma opera o modelo da reconhecimento, em suma, uma via de mão dupla entre sujeito e objeto, não importando se parte de um ou de outro, perspectiva que foi trocada várias vezes.

2 A crítica deleuziana ao modelo da representação

Entendida assim a concepção de modelo da reconhecimento na filosofia ocidental, exposta por Deleuze, é necessário percorrer novamente esse caminho traçado pelo autor em sua exposição para a compreensão de sua crítica ao modelo como um todo, pois como veremos, a reconhecimento sozinha é apenas a faculdade que nos permite conhecer (RE-conhecer) nesse modelo maior.

A exposição de Deleuze da filosofia de Descartes nos mostra que, ao anunciar na segunda meditação o *Cogito*, não foi capaz de escapar de pressupostos implícitos (ser e pensar). Na busca de fugir de pressupostos objetivos por meio da abstração completa da materialidade, precisou que existisse um meio de não se ligar ao sensível e, como coloca Deleuze, “a filosofia como Círculo” precisou de um atalho, uma presunção à universalidade, as noções de Ser e Pensar enquanto sentimento, início. Arredondou-se, considerando como algo inato, ligadas à ideia de um sentimento, não conceito: “No caso da Filosofia, a imagem do círculo daria testemunho, antes de tudo, de uma impotência para começar verdadeiramente e também para repetir autenticamente” (Deleuze, 2018, p. 180), por isso tamanha semelhança entre pensamentos que julgávamos extremamente diferentes. Ao circularizar a filosofia, transformar tudo aquilo que é diferente e resumi-los às semelhanças que poderiam possuir entre si, torna o caminho tortuoso do exercício filosófico em um tedioso caminho onde sabe-se o começo e o fim sem imprevisibilidades, com suas sarjetas bem aparadas, seus arbustos podados sem vida. Um caminho que apesar de permanecer no meio da mata, passando a sensação de aventura e novidade, na verdade nem um inseto pode ser visto, os inseticidas já dominaram tudo. Essa é a grande falta de um plano de imanência bem colocado, que possibilita a deformidade e o absurdo, e esse modelo, sempre na busca de fechar todo canto que nos aparenta aberto, circulando em volta de si o que coloca como verdadeiro, um projeto verdadeiramente ideológico e claro, político.

Pensar e Ser são conceitos, não podem formar o plano e o pressuposto deles. A função do plano de imanência para Deleuze e Guattari (2010) é fornecer base para toda colocação conceitual, que não necessariamente se encaixa uma à outra, mas permite que todas existam. O plano de imanência é o meio em que os conceitos podem se dispor sem interferência do mesmo, no qual os conceitos se baseiam. A circularidade da filosofia ocidental tradicional é forçar esse encaixe perfeito, é o inseticida.

David Lapoujade, sobre a questão do círculo:

Identidade e circularidade são as duas formas que instauram o reinado da representação. Fundar é sempre fundar sobre uma identidade preexistente que possui sobretudo o que os outros só possuem de maneira secundária; mas é também introduzir o princípio de uma tal distribuição circular que o fundamento [*modelo da representação*] faz círculo com o que funda para submetê-lo à sua lei. Todas as diferenças entre pretendentes se veem assim subordinadas à semelhança que elas



mantêm entre si ao longo de uma escala eletiva, enquanto a semelhança se vê fundada na identidade de si da Ideia. Como não ver nessa apresentação que Deleuze faz de Platão, que a única questão que importa é a do fundamento? (Lapoujade, 2017, p. 49).

O modelo da representação é fundado pela identidade e circularidade, pressupostos subjetivos, e a diferença, transformada em circularidade, e portanto, em semelhança, é o meio talhado para legislar os outros. Torna-se (ou é aquilo que se pretendia) universal o modelo da representação. A existência da diferença é resumida à suas poucas semelhanças, Platão, Descartes, Kant, Hegel e muitos outros: filósofos da semelhança, assim são vistos por Deleuze. Por meio da semelhança causada pelo círculo, instaura-se uma forma ao pressuposto sentimental da filosofia universalista, que é blindada de certezas, imune à dúvidas. Entende-se assim, que o modelo da reconhecimento, responsável por postular a percepção humana, representa uma parcela do modelo da representação, que forma o próprio Ser enquanto conceito, o fundamento, ou seja, a representação *simboliza*, enquanto a reconhecimento apenas *reconhece*. É importante fazer essa distinção para o avanço que Deleuze faz em sua teoria. Em outras palavras, a reconhecimento é a identidade, a representação é o círculo, o arredondar.

O pressuposto tem forma colocada então: “todo mundo sabe ninguém pode negar” (sentimento), é a base para se falar de ser e pensar de maneira universalista. Entretanto, a filosofia, ao começar com um pressuposto implícito guarda apenas a forma desse discurso. Assim, como Deleuze coloca, opõe-se o Eudoxo a Epistemon, ou o “idiota” ao pedante, ou a boa vontade ao entendimento excessivo; mantendo-se ao lado de Eudoxo como se ele fosse um homem sem pressupostos, mas em seu cerne, os mantêm de forma privada, ou seja, implícitos. Epistemon só os tem de forma clara e objetiva, mas Eudoxo não é livre deles. Com efeito, a filosofia aparenta um começo, e sendo ele sem pressupostos. Apenas o Intempestivo, o homem dos subsolos de Dostoiévski não possui pressupostos; não é representado nem representa; mesmo que seja um único que não sabe aquilo que todos sabem, com humildade suficiente para o admitir, pode realmente começar e repetir com autenticidade, vê Epistemon e Eudoxo como homem enganadores, não diferencia os malefícios dos dois tipos de pressupostos:

“Não um particular dotado de boa vontade e de pensamento natural, mas um singular cheio de má vontade, que não chega a pensar nem na natureza nem no conceito [...] que nem se reconhece nos pressupostos subjetivos de um pensamento natural nem nos pressupostos objetivos de uma cultura de seu tempo e que não dispõe de um compasso para traçar um círculo” (Deleuze, 2018a, pp. 180-181).

É preciso que se adote esse posicionamento do idiota russo ao menos para que se pense na filosofia como transformadora, que defenda aquilo que primeiramente planejou, romper com a doxa,

buscar no pensamento o diferente, e não defender uma universalidade falsa que busca simplificar as experiências humanas.

A juicio de Deleuze y Guattari, el idiota constituye el personaje filosófico por excelencia. ¿En qué medida este personaje ofrece una concepción alternativa de la idiotez? [...] En cierto sentido, el segundo tipo de idiota parece invertir por completo la concepción de la idiotez, porque el idiota ruso o el loco es justamente el responsable de la creación conceptual. Así, la idiotez, en vez de oponerse al verdadero pensamiento, parecería identificarse con él (Cherniavsky, 2021, p. 60).

A loucura cria conceitos, o idiota que se identifica com o pensamento que é o filósofo na concepção deleuziana desenvolvida também em conjunto com Guattari, como observado por Cherniavsky. O idiota russo não possui pressupostos, ele sim se compromete com o pensar em contraponto ao idiota cartesiano, que representa a negação do pensamento, um credor. Deleuze expõe a necessidade de se tomar essa posição, o filósofo é o idiota pois sente-se pequeno ao redor dos outros, mas é um grande observador e sempre está em movimento. O idiota sabe manejar o plano de imanência na forma de não o arredondar, respeitando sua maneira desconexa, caótica, porém harmônica.

Já no primeiro postulado, o princípio da *Cogitatio natura universalis*, vimos que a defesa feita é a da natureza reta do pensamento e a boa vontade do pensador em sua afinidade para com o verdadeiro, sendo ele o pressuposto implícito no qual a filosofia se erige. Entendido de forma pré-filosófica e natural, é a própria Imagem do pensamento, tirado do elemento puro do senso comum. Assim afirma Deleuze, que independente do começo da Filosofia se encontrar no sujeito ou no objeto, enquanto o pensar estiver submetido às métricas e imposições desse princípio, pouco importa onde se aponta o começo, pois não começamos de fato. A universalidade prevista neste início acolhe qualquer divergência que possa existir nas nossas noções de pensar e ser. As mudanças entre aqueles que defendem essa concepção são apenas de ordem e não subvertem a lógica de um pensamento fechado e fixo, definido invariavelmente pela Imagem do pensamento como anterior à Filosofia, comum a todos.

Essa Imagem do pensamento é moral, ortodoxa, dogmática. Apesar de suas variações, Deleuze aponta que não podemos falar em mais de uma Imagem, pois independente das tentativas feitas pelos diferentes filósofos de alterar a “verdade”, ela resiste no implícito, mantendo seu domínio inegável. Nietzsche dizia da Moral como o agente capaz de nos levar a acreditar numa boa natureza do pensamento e boa vontade do pensador: “só o Bem pode fundar a suposta afinidade do pensamento com o Verdadeiro. Com efeito, quem, senão a Moral, quem, senão o Bem dá o pensamento ao verdadeiro e o verdadeiro ao pensamento...?” (Deleuze, 2018, p. 182). Para Nietzsche, o verdadeiro e

o falso não são elementos do pensamento, mas sim o alto e o baixo; é possível constituir um discurso completamente estúpido, imbecil, mas que ainda assim não deixa de sê-lo verdadeiro, apenas expõe baixas verdades; em comparação, pode-se expressar um discurso falso, mas coerente e nobre, cheio de mentiras, mas estas de alto patamar, que são necessariamente levadas em consideração no engendramento do pensamento verdadeiro de fato.

Este é o preconceito característico dos metafísicos de todos os tempos, este gênero de apreciação se encontra na base de todos seus procedimentos lógicos. A partir desta "crença" esforçam-se em alcançar um "saber", criam a coisa que, afinal, será pomposamente batizada com o nome de "verdade" [...] A maior parte do pensamento consciente de um filósofo está governada por seus instintos e forçosamente conduzido por vias definidas. Atrás de toda lógica e da aparente liberdade de seus movimentos, há valorações, ou melhor, exigências fisiológicas impostas pela necessidade de manter um determinado gênero de vida. Daí a idéia, por exemplo, de que tem mais valor o determinado que o indeterminado, a aparência menos valor que a "verdade" (Nietzsche, JGB, I, 2).

A baixa falsidade que encontramos em "bom dia, Teeteto" quando se é de noite, nada mais seria que uma simplicidade dentro daquilo que é falso, não exprime nada de relevante para que se edifique uma ideia alta, não o é transformado em potência afirmativa, simplesmente é falso e não contribui em mais nada. Assim, vemos que a Imagem dogmática do pensamento é moral por si só, pois apela à um Bem para atestar-se enquanto verdadeira, uma baixeza de pensamento, uma "verdade" baixa, que nada atesta de fato, que busca servir algo, e que expressa besteira. Para Nietzsche, para Deleuze, é preciso ver com escárnio, tratar com ironia esse Bem que funda o pensar, essa natureza reta e verdadeira, pensar que se pratica o mal apenas quando mal instruído: "Oh, criancinha de peito! Oh, inocente e pura criatura!" (Dostoiévski, 2021, p. 33).

A filosofia nietzscheana, portanto, mostra que o filósofo não escapa do instinto, dos sentimentos na formulação de seu pensamento, pelo contrário, este se encontra forçosamente e fortemente relacionado a eles. A Imagem do pensamento é uma valoração superficial, pois ela tende à uma universalidade por meio dessa vontade à verdade colocada pelo senso comum. Não é verdadeira filosofia, nessa perspectiva, pois ela não busca subverter lógicas, mas sim encontra um caminho fácil para tornar "verdade" um pensamento, não entristecendo, não levando em conta o falso como potência e possível ponto de partida para a criação de uma verdadeira noção de verdade, uma noção alta. Devemos abandonar qualquer tentativa aparente de uma conciliação com aquilo que é bem aceito e é RE-conhecido. A filosofia de Nietzsche busca atravessar o bem e o mal, ir além, tirar potência, vontade, de tudo aquilo que for valoroso ao sujeito. Deleuze harmoniza com essas ideias, e carrega em seu pensamento esse objetivo filosófico de entristecimento, de criação de conceitos e não de

reconhecimento, de tornar visto aquilo que já foi, mas sim destruir e criar, repetir diferentemente, uma quase que filosofia do martelo, realidade heraclitiana amoral, mas que sempre se harmoniza.

Uma filosofia que não entristece a ninguém e não contraria a ninguém não é uma filosofia. Ela serve para incomodar a besteira, faz da besteira algo vergonhoso. Não tem outra serventia, a não ser a seguinte: denunciar a baixeza do pensamento em todas as suas formas [...] Denunciar na mistificação, essa mistura de baixeza e besteira que forma tão bem a espantosa cumplicidade das vítimas e dos autores. Fazer enfim do pensamento algo agressivo, ativo e afirmativo (Deleuze, 2018b, p. 136).

O modelo da representação, assim, limita a filosofia à tarefa de assegurar o verdadeiro, não de realmente buscá-lo. Por isso, ele é um modelo moral, utiliza do bem para falar de uma suposta verdade e de nada faz para valorizar da maneira correta aquilo que pode levar a filosofia até a verdade, seja bem ou mal. É necessário um pensamento sem Imagem, mesmo que custasse grandes destruições, para que exista uma repetição autêntica na filosofia; deve-se renunciar ao elemento do senso comum e à forma da representação. O verdadeiro começo dessa filosofia provém justamente da crítica à Imagem e seus postulados impostos, esse seria o movimento inicial.

Porém, considerando a repartição feita pela imagem do pensamento, é necessário julgar essa diferenciação entre empírico e transcendental. Ela se assenta como de direito, e o bom senso e o senso comum são naturais e determinações do pensamento puro, nessa concepção, numa forma pré-filosófica. Dessa forma, o direito encontrado como a quebra entre diferentes Eus deve ser a base para nossa crítica, “e saber se essa imagem não trai a própria essência do pensamento como pensamento puro” (Deleuze, 2018, p. 184).

A reconhecimento exige um princípio subjetivo de colaboração entre faculdades, ao contrário, não há concordância entre elas e não se pode reconhecer um objeto, ele só se torna inteligível por meio da forma do Mesmo, o senso comum. Em contrassenso, essa determinação do objeto supõe uma unidade no sujeito, pois ao contrário, não pode haver cooperação entre as faculdades, como se fossem independentes e particulares: o sujeito pensante é o cerne, e as faculdades, modos. Para Deleuze, isso é o *Cogito* enquanto começo, e ele nada mais é do que o senso comum tornado conceito filosófico, e o bom senso, sendo universalmente repartido, tem como função determinar a contribuição de cada faculdade em cada caso. Assim, a representação é uma via de mão dupla: não há sujeito sem objeto qualificado e não há qualificação sem objeto qualquer. O pensamento, dessa maneira, é entendido como naturalmente reto, pois se direciona a um sujeito ou a um objeto, suas outras faculdades são apenas seus modos orientadas pela forma do Mesmo trazida por ele trazida inata. A importante noção do círculo é o que permite que haja uma semelhança entre objeto representado e sujeito, Lapoujade ainda sobre Kant e o círculo:



Pois em Kant, o que no campo do conhecimento é objeto de pretensão não é mais a Ideia, é a objetividade. Só podem legitimamente pretender a objetividade os juízos sintéticos *a priori*. Esse é precisamente o “fato” do qual é preciso dar razão. Ora, o que funda tal conhecimento *a priori* são as condições que o tornam possível, a saber, as categorias enquanto regras de síntese. Em outras palavras, a pretensão dos juízos de experiência à objetividade será fundada desde que eles preencham as condições fixadas pelas categorias. E como as categorias, por sua vez, fundam-se na identidade lógica do Eu transcendental, é o “Eu penso” que funda em última instância a pretensão a objetividade dos juízos. Vê-se que mudança ocorreu. [...] Desenha-se um círculo que certamente não tem mais os atributos do círculo platônico, mas que se torna o círculo da prova, de tal modo que o fundamento e o fundado entram em estado de pressuposição recíproca como em Platão (Lapoujade, 2017, pp. 53-54).

É possível compreender que a estrutura do pensamento de Platão nunca foi abandonada, apenas desfigurada e rotacionada para engano dos filósofos. A estrutura do círculo de semelhança de Platão, com o ‘mesmo’ como conceito sustentado pelo Bem, foi transfigurada para a Identidade do conceito primeiro fundado no sujeito pensante. Toda crítica deleuziana ao modelo da representação gira em torno dessa ideia de que apenas mudam-se os termos, e por esse motivo nunca se começou de fato na filosofia, e muito menos repetiu-se autenticamente (na questão do fundamento, claro).

Para Deleuze, essa concepção de pensamento enquanto representação constitui um ideal ortodoxo, dogmático. Não há como romper com a doxa em um modelo que infringe um começo à Filosofia baseado em sentimentos e limitações. Conservando a forma da doxa, o elemento do senso comum e o modelo da reconhecimento, a imagem do pensamento é o modo em que se universaliza, racionaliza a doxa. De nada adianta abstrair o conteúdo empírico, mas manter seu essencial de modo implícito. Não podemos fugir da doxa e continuamos prisioneiros dela se nada avançamos em relação ao abandono das opiniões: “com isso, não avançamos um passo, prisioneiros da mesma caverna ou das ideias do tempo, ideias que somente por coquetismo “reencontramos”, abençoando-as com o signo da filosofia” (Deleuze, 2018, p. 186). A forma do modelo da reconhecimento estabelece conformidades, uma facilidade para se pensar, ato tal que nada de fácil contém em si.

A reconhecimento põe não só o objeto, como reconhecido, mas também valores sobre ele. Assim, o signo da reconhecimento reencontraria o Estado, a Igreja:

[...] reencontra todos os valores do tempo que ele, sutilmente, fez passar sob a forma pura de um eterno objeto qualquer, eternamente abençoado. Quando Nietzsche distingue a criação de valores novos e a reconhecimento de valores estabelecidos, esta distinção não deve, certamente, ser compreendida de uma maneira relativa, histórica, como se os valores estabelecidos tivessem sido novos em seu tempo e como se os novos valores precisassem apenas de tempo para se estabelecer. Trata-se, na verdade, de uma diferença formal e de natureza; o novo permanece para sempre novo, em sua potência de começo e de recomeço, como o estabelecido já estava estabelecido desde

o início, mesmo que tivesse sido preciso um pouco de tempo empírico para reconhecê-lo (Deleuze, 2018a, p. 187).

O novo estabelece potências de um modelo completamente estranho, em um ambiente completamente irreconhecível, nunca reconhecido. O próprio do novo é a diferença, provoca fora da reconhecimento.

Kant, na “Crítica da razão pura”, parecia tentar reverter, mudar a Imagem do pensamento, porém, apesar da questão da substituição do erro a ilusão, do eu substancial ao eu rachado pelo tempo, e da morte especulativa de Deus e do eu, Kant não renunciou aos pressupostos implícitos. Era necessário, para que o sistema kantiano se fechasse, que o pensamento continuasse com uma natureza reta e que a Filosofia não extrapolasse a direção imposta pelo senso comum. Dessa forma, pelo desenvolvimento de diferentes sentidos comuns (lógico, moral e estético), baseados nas faculdades da imaginação, razão e entendimento, Kant multiplica os sentidos comuns, não os nega. Com essa multiplicidade, tudo que temos de diferente é que a contribuição de cada faculdade varia de acordo com os interesses, sendo julgada como legítima ou não, enquanto o conhecimento, a moral, a fé e a reflexão nunca são postas em dúvida por serem considerados de interesse natural da razão. Kant faz a manutenção da boa vontade do pensador e da afeição à verdade da razão, a ilusão é explicada justamente pela confusão da razão, o que não leva a afirmar que exista uma má vontade no cerne dela. Isso fornece ao pensamento uma maneira de se justificar materialmente sem que suas decisões ideológicas com efeito político tenham reais consequências, sendo sempre pelo, e para o Bem, já em sua posse desde sua feitura.

A representação, é definida, portanto, pela identidade no conceito, oposição na determinação do conceito, analogia no juízo e semelhança no objeto. O Eu penso é o princípio abrangente da representação, é fonte destes elementos formadores e também a unidade destas faculdades; o *Cogito* se ramifica nessas quatro características, e nelas é que “é crucificada a diferença. Quádruplo cambão, em que só pode ser pensado como diferente o que é idêntico, semelhante, análogo e oposto” (Deleuze, 2018, p. 190). Não se pensa nem a diferença quanto a repetição em si mesmas, por encontrar-se primeiramente nesse modelo quádruplo, que submete a diferença como princípio comparativo, e secundamente por apreender a repetição apenas por meio da reconhecimento, da repartição, da reprodução, da semelhança, que alienam o prefixo re- para as generalidades da representação. Assim, podemos ver que o modelo da reconhecimento nada mais era que um passo em direção ao postulado da representação, que é muito mais geral e abrangente.

Os objetos da reconhecimento tranquilizam o pensamento, pois nada possuem em relação com o ato de pensar, preenchem o pensamento com uma imagem de si próprio. Porém, de mesma forma, aquilo que é duvidoso não força a pensar tanto quanto aquilo que é certo, pois, ao pensar naquilo que



não é reconhecível, não escapamos do pressuposto implícito, da boa vontade do pensador e da afinidade com a verdade do pensamento, “a *philia*, que predetermina ao mesmo tempo a imagem do pensamento e o conceito de filosofia” (Deleuze, 2018, p. 191). Todas as verdades do modelo da representação são hipotéticas, são incapazes de fazer nascer o pensar no próprio pensamento, mas se conceitua ele de forma incompleta na representação, pensa-se o pensar sem pensá-lo de fato. Para Deleuze, o pensamento surge primeiramente de uma violência original feita a ele, ela é primeira; nada supõe a Filosofia, tudo parte de uma misosofia:

Não contemos com o pensamento para embasar a necessidade relativa do que ele pensa; contemos, ao contrário, com a contingência de um encontro com aquilo que força a pensar, a fim de erguer e estabelecer a necessidade absoluta de um ato de pensar, de uma paixão de pensar. As condições de uma verdadeira crítica e de uma verdadeira criação são as mesmas: destruição da imagem de um pensamento que pressupõe a si próprio, gênese do ato de pensar no próprio pensamento (Deleuze, 2018a, p. 191).

Na concepção deleuziana portanto, a filosofia deve nascer de uma violência, de um entristecimento, de um confronto com aquilo que força o pensamento, que busca em seu centro o que causa o pensar, e não aquilo que acomoda, que conforma. A Filosofia, na busca de romper com a doxa, precisa necessariamente seguir um movimento desconfortável para si e para aqueles em seu entorno, especialmente os que fazem dela sua prática. Tudo deve ser objeto de dúvida, mas de dúvida violenta, disruptiva, não confusa, ilusão kantiana. É preciso abandonar Eudoxo e Epistemon e seus pressupostos, como Deleuze afirma, que sejamos um homem dos subsolos, abandonando tudo que possa conformar a razão e tornar fácil o ato de pensar, que sofre do fígado e enraivece-se consigo mesmo, com o tédio de uma existência tranquila. Admitamos a dificuldade de pensar e tratemos o problema com o devido respeito: entendendo a multiplicidade do ser, do pensar, do eu. Compreendamos que pensar não se funda como universal, e que assim possamos buscar de fato o que queremos dizer com “pensar”, e quais são as possibilidades. Queremos poder tudo, alcançar tudo, não somos tão bons em nada, “Depois sentou no cocho do curral e todo tempo tocava na gaitinha, queria todo-o-mundo em redor dele” (Rosa, 2019, pp. 109-110).

3 Epistemicídio: limitação e exterminação

O modelo da representação, enquanto base fundadora da filosofia, é limitador. Tudo aquilo que foge a ele não é considerado pensar, e assim, não pode ser formalmente filosofia, o pensar e o ser da filosofia ocidental estão necessariamente envoltos por essa noção. Assim, tudo aquilo que não é o

pensamento formal e sentimentalmente definido, com natureza reta e afinidade com o verdadeiro. Com isso, existe um grande apagamento de epistemes mundiais que não foram baseadas em sua gênese nessa concepção histórica, moral e política. Toda massa da filosofia que não é baseada dentro dos limites interpolados pela filosofia ocidental tradicional passa por um processo de epistemicídio, sendo aos poucos apagados, descartados pelo privilégio conceitual vindo da lógica colonizadora sobre os colonizados.

Não apenas na filosofia, mas em todas as ciências, o que prevalece é pela força e coerção estabelecido pelo modelo ideológico dominante, como sabemos de medicinas milenares perdidas, de avanços matemáticos, astronômicos, etc. A questão é a seguinte: sendo a filosofia a base de toda e qualquer ciência, ao construir seu sistema com essa visão, como dissemos, presunção à universalidade a qualquer custo, impõe inalienavelmente um preconceito a todas ciências que dela precederem. Ao definir-se o que é verdade e o que não é, transformar em universal uma ideia, a filosofia, como Deleuze afirma, quebra com seu propósito inicial de romper com a doxa. Fazendo de uma ideia principal universal, limita-se as possibilidades para com quais o pensamento possa atingir dentro da filosofia, as direções que a filosofia possa tomar para pensar aquele algo como conceito. Esse movimento se perpetuou e continua perpetuando, sempre com um mesmo gênero, etnia, identidade e posição geográfica.

Grosfoguel afirma que o racismo e sexismo epistêmico é um dos maiores problemas da contemporaneidade. Os homens brancos ocidentais possuem um privilégio intelectual enorme, dominando objetiva e subjetivamente os conhecimentos produzidos por outros corpos políticos que não compõem seu grupo limitado e fechado. Nesse movimento, inferioriza-se a produção filosófica-científica de populações não ocidentais (sendo esse o ocidente político [Europa ocidental, América do Norte, Austrália, Nova Zelândia], não geográfico), e mesmo da parcela da população ocidental não homem e/ou não branca. Essa lógica também cria uma inferiorização dentro dos próprios países já inferiorizados (colônias e ex-colônias), aumentando o abismo que existe entre aqueles conhecimentos mundialmente reconhecidos e privilegiados e aqueles que são não só internacionalmente rebaixados, mas localmente também.

Essa legitimidade e esse monopólio do conhecimento dos homens ocidentais têm gerado estruturas e instituições que produzem o racismo/sexismo epistêmico, desqualificando outros conhecimentos e outras vozes críticas frente aos projetos imperiais/coloniais/patriarcais que regem o sistema-mundo. Os projetos neoliberais, militares, internacionais, de direitos humanos estão informados pela autoridade do conhecimento Norte-cêntrica que se impõe por meio de mecanismos institucionais universitários, militares, internacionais (ONU, FMI, Banco Mundial), estatais etc. Essa autoridade não é democrática, impõe-se à base da superioridade do conhecimento



imposta pela dominação ocidental capitalista do mundo e tem uma história de longa duração, objeto dos comentários que seguem (Grosfoguel, 2016, pp. 25-26).

O modelo da representação, ao apresentar-se como universal, posteriormente vira meios institucionais para assegurar-se a predominância de um tipo de pensamento com método específico, ocidental, colonizador, seja de forma mercantil, previamente, ou neoliberal, na atualidade. Cada novo projeto político promovido pelo ocidente político tem viés de defesa da lógica ocidental baseada no modelo da representação. A presunção à universalidade tem como objetivo político uma superioridade política, servindo para o apagamento histórico e descarte de conhecimentos. Nos diferentes sistemas político-econômicos dirigidos pelo ocidente, a exploração, sendo o principal meio de dominação, é require hegemonia intelectual para garantir uma completude desse sistema, impedindo grandes rebeliões. Ao apagar a história, a intelectualidade de um povo, impede-se que ele tenha qualquer forma de recuperar aquilo que um dia ele já foi, apagar a cultura de um povo significa torná-lo órfão, perdido, sem identidade. O modelo da representação faz isso com maestria: ao identificar o sentimento que é pensar, o que é ser, impede que qualquer outra concepção desses conceitos possa tornar-se conhecida, afinal, nos termos kantianos, seria uma “ilusão”, uma confusão da razão imposta pelos sentidos que trouxe à mente uma forma ilegítima de conhecimento. Tudo que se encontra fora do sistema ocidental de pensamento, portanto, é colocado como inferior. Tudo que subverte a lógica ocidental é colocado como repulsivo, descartável.

É importante notar que o epistemicídio é diretamente ligado à noção de genocídio, é a destruição de conhecimentos ligada à aniquilação de seres humanos. Como falamos da estrutura do pensamento filosófico, apesar de contemporaneamente a Austrália e a Nova Zelândia, e talvez até mesmo a Coreia do Sul comporem também o ocidente político, a base estrutural do pensamento difundido nas universidades ocidentalizadas provém de cinco países em que Grosfoguel centra seu texto: França, Alemanha, Inglaterra, Itália e Estados Unidos. Toda teoria base de humanidades ocidentais se edifica no trabalho de poucos homens desses países:

Como resultado, nosso trabalho na universidade ocidentalizada é basicamente reduzido a aprender essas teorias oriundas da experiência e dos problemas de uma região particular do mundo, com suas dimensões espaciais/temporais muito particulares e “aplicá-las” em outras localizações geográficas, mesmo que as experiências espaciais/temporais destas sejam completamente diferentes daquelas citadas anteriormente. Essas teorias sociais, baseadas nas experiências sócio-históricas dos cinco países, constituem a base teórica das ciências humanas nas universidades ocidentais dos dias de hoje (Grosfoguel, 2016, p. 27).

O princípio da *Cogitatio natura universalis*, o “Eu penso, eu existo” cartesiano, colocou em xeque a anterior lógica do conhecimento cristão, difundido pela Igreja na idade média. O problema,



para a ideia do epistemicídio abordada por Grosfoguel é o mesmo que para Deleuze: Descartes, ao negar Deus como aquele que produz o conhecimento e instaurar um Eu (que não é definido por si só, diga-se de passagem), apenas substitui uma palavra pela outra. Agora o Eu é o produtor de um conhecimento verdadeiro que atravessa o tempo e espaço, implicitamente simbolizando, assim, a mesma lógica que a cristandade pregou, um conhecimento verdadeiro, reto, natural, universal, indubitável, e ainda assim depende de um Deus bom (lembra daquele Bem?) para garantir a existência do exterior. Grosfoguel aponta o dualismo ontológico do argumento cartesiano, que ao colocar a mente como uma substância diferente do corpo, indefinida e incondicionada pelo corpo, pode afirmar o Eu como produtor de um conhecimento equivalente à visão do “olho de Deus”. Descartes atribui uma mesma universalidade que essa habilidade pressupõe, logo, o conhecimento não é situado no mundo, mas sim metafísico. Apresenta também o argumento epistemológico de Descartes: no exercício do solipsismo proposto, para combater o ceticismo, o sujeito alcançaria a certeza de um conhecimento por meio de um diálogo interno com si próprio, de sujeito para sujeito, desassociando o Eu das implicações sócio-históricas da produção de conhecimento, tornando o Eu capaz de criar certezas isoladamente, independentemente de qualquer retrospecto material.

Sem o dualismo ontológico e o solipsismo epistêmico, o Eu cartesiano se desmorona. Na ausência deles, estaria situado diretamente em um corpo e em um meio social definido, acabando com a possibilidade de uma como que visão “olho de Deus” por conta de uma ordinariedade substancial da mente e do conhecimento sendo produzido de forma dialógica na sociedade. Aparenta-se para nós que só se pode colocar pensar e ser como sentimentos racionalizados num sistema que equipara Deus e Eu como termos transponíveis de acordo com o projeto ideológico escolhido, com objetivos morais e políticos diferentes do anterior, mas com final extremamente semelhante.

A corrente cartesiana fundou assim uma produção de conhecimento de um não lugar, de um espaço não físico, não localizado, desse modo, não social, não histórico:

Como afirma o filósofo colombiano Santiago Castro-Gomez (2003), a filosofia cartesiana assume a epistemologia do ponto zero, ou seja, um ponto de vista que não assume a si mesmo como ponto de vista. A importância de René Descartes para a epistemologia ocidentalizada pode ser percebida 370 anos depois: as universidades ocidentalizadas seguem carregando o legado cartesiano como critério para validar a produção da ciência e do conhecimento (Grosfoguel, 2016, p. 30).

Como Deleuze coloca, o suposto início da filosofia baseada no modelo da reconhecimento não é o Eu ou o pensar, pois eles já estão implicitamente pressupostos. Por conta disso, a epistemologia do ponto zero colocada por Santiago Castro-Gomez, o qual Grosfoguel cita, é exatamente isso, a filosofia cartesiana começa por explicar o ser e o pensar não por si mesmo, mas por um princípio que deve



funcionar como universal, utilizando uma suposição como ponto de vista, e não alcançando-a por meio da conceituação desses dois (por mais que se segue esse caminho obtendo uma universalidade, ainda seria absurdo, mas seria ao menos um trajeto mais condizente). A divisão entre sujeito e objeto, e a objetividade entendida como neutralidade, produzem o mito de um Ego não situado ou condicionado tanto pelo corpo como pelo social, criador de conhecimento imparcial, e continua sendo o critério para julgar a validade de um conhecimento. Tudo aquilo que vai contra o que Grosfoguel (2016) chama de “egopolítica cartesiana” é descartado, visto como tendencioso, parcial, por fim, como conhecimento inferior.

Com isso, Grosfoguel (2016) cita Enrique Dussel, que afirma que após essa fundação cartesiana, segue-se um *Ego conquiro* como condição de existência do *Ego cogito* de Descartes, ou seja, um “eu penso, eu conquisto”. Sem isto, não se pode falar numa universalidade do conhecimento, ao contrário, qualquer forma de conhecimento diferente faria desmoronar o sistema ocidentalizado de pensamento. Nessa perspectiva, a colonização é uma simples consequência política da epistemologia defendida por Descartes, e que se adicione nisso também, defendida por Platão e Kant, pois são responsáveis, tanto quanto Descartes, pela difusão dessa estrutura do conhecimento, o modelo da representação. Para Dussel, além disso, essa finalidade da filosofia só pode ser explicada pela própria colonização, Descartes só fundaria a filosofia como fundou por já acreditar em um centro do mundo, proporcionado pela expansão colonial começada antes do século de Descartes: “Depois de conquistar o mundo, os homens europeus alcançaram qualidades “divinas” que lhes davam um privilégio epistemológico sobre os demais” (Grosfoguel, 2016, p. 31).

Nessa visão, o que liga o “eu penso, eu existo” com o “eu conquisto, eu existo”, é o “eu extermino, eu existo”, o *Ego extermino*, que produz o racismo/sexismo epistêmico:

É a lógica conjunta do genocídio/epistemicídio que serve de mediação entre o “conquisto” e o racismo/sexismo epistêmico do “penso” como novo fundamento do conhecimento do mundo moderno e colonial. O *Ego extermino* é a condição sócio-histórica estrutural que faz possível a conexão entre o *Ego conquiro* e o *Ego cogito* (Grosfoguel, 2016, p. 31).

Para Grosfoguel, os quatro genocídios/epistemicídios (sendo eles: contra os muçulmanos e judeus, contra os povos indígenas e aborígenes, contra os africanos e contra as mulheres queimadas vivas na europa) do século XVI são interconectados, pois são frutos de um projeto filosófico-político capitalista, patriarcal, ocidental, cristão, moderno e colonialista. Dessa forma, o privilégio epistêmico dos homens brancos ocidentais surge justamente da formulação do conhecimento a partir desses quatro epistemicídios, colocando-os como centro. E mesmo já partindo de uma estrutura do conhecimento que carregava origens platônicas de universalidade a partir da reminiscência e da teoria das formas,



além da lógica cristã, que no projeto medieval visava colocar os católicos como superiores, acima, escolhidos por Deus, este que foi apenas substituído por um Eu-Deus, centralizando ainda mais esse grupo, pois agora além de escolhidos, são “autossuficientes” (ao menos é o que querem que pensemos).

4 A cosmologia deleuziana e o que a filosofia deve ser

Como vimos, o modelo da representação é limitador e impossibilita que a Filosofia tome um rumo de fato necessário, que defenderia o objetivo de quebrar com a doxa. Ao transformar a Filosofia em algo pretensioso à uma universalidade, cria-se uma série de preconceitos que politicamente, como apontado por Grosfoguel, engendram uma inferiorização do conhecimento não-ocidental, não-branco e não-masculino. É uma relação de duplo sentido: a colonização cria a mentalidade necessária para gerar-se tal perspectiva de superioridade, e o modelo gerado por essa filosofia acarreta em mais colonização e extermínio, de populações e ideias. Em harmonia com a filosofia deleuziana, Grosfoguel afirma a necessidade de abrir novos caminhos para a filosofia que permitam o desenvolvimento de uma multiplicidade muito frutífera para o pensamento, baseada de forma dialógica para que se situe espacialmente e temporalmente o conhecimento, e com isso, que aos poucos possamos buscar a quebra com a doxa: pois um universalismo é apenas uma opinião posta como verdade.

Deleuze, em “Diferença e Repetição”, e conjuntamente com Guattari em “O que é a filosofia?” ou outros trabalhos como “O Anti-Édipo” e “Mil Platôs” defende uma cosmologia para o projeto humano como um todo, na busca de quebrar, ou ao menos tentar evitar esse universalismo tradicional da estrutura do pensamento ocidental. Procura, na violência, na destruição de pressupostos, e na crítica ao pensar e ao ser sentimentais, um verdadeiro começo, que por mais que seja repetir, que seja uma repetição e uma diferença autênticas de fato, e não uma ilusória, que se define como verdadeira e apenas esconda por trás dos panos um preconceito fundamental, que é a fundação de todo modelo da representação. Para que se tente compreender com mais êxito a experiência humana, não podemos ignorar a variedade excessiva de experiências que possam existir. Essa noção tem a capacidade de transformar o que entendemos por humanidade em algo muito mais rico, muito maior do que uma suposta semelhança com Deus, algo que permite entender de diferentes perspectivas aquilo que entendemos como pensamento e como realidade.

A proposta deleuziana consiste em recuperar na experiência um empirismo transcendental, ou seja, transcendente no sentido em que “apreende no mundo o que a concerne exclusivamente e que a faz nascer para o mundo” (Deleuze, 2018, p. 196). Apenas esse empirismo pode explorar realmente o domínio transcendental na perspectiva deleuziana, ou seja, não é um decalque do transcendental sobre

o empírico que define nossa percepção, mas sim um empirismo transcendente que nos permite explorar essa área que não é empírica.

É preciso levar cada faculdade ao ponto extremo de seu desregramento, ponto em que ela é como que presa de uma tríplice violência, violência daquilo que a força a exercer-se, daquilo que ela é forçada a apreender e daquilo que só ela tem o poder de apreender, todavia também o inapreensível (do ponto de vista do exercício empírico). Tríplice limite da última potência. Cada faculdade descobre, então, a paixão que lhe é própria, isto é, sua diferença radical e sua eterna repetição, seu elemento diferencial e repetidor, como o engendramento instantâneo de seu ato e o eterno reexame de seu objeto, sua maneira de nascer já repetindo (Deleuze, 2018a, p. 196).

O filósofo deve buscar quebrar códigos, a partir de seu entristecimento deve criar, capacitar a si mesmo e ao mundo para novas experiências, novos modos de vida. O filósofo não deve se contentar com a constância e tédio de um obstáculo que parece ser insuperável, mas infinitamente lutar para destruí-lo.

Las condiciones espacio-temporales de la creación filosófica, en el marco de la filosofía deleuziana, parecen confirmar estas observaciones. En efecto, siguiendo a Nietzsche, Deleuze y Guattari insisten en el hecho de que el filósofo debe ser “intempestivo” (Deleuze y Guattari, 1991, 107). Se refieren a que el filósofo no debe ni sustraerse al tiempo para pensar en la eternidad, ni dejarse llevar por el tiempo entendido como moda y época. Crítico de su era, debe, sin salirse del tiempo, contestar el presente y pensar en el porvenir. Y en la medida que, como hemos visto, el idiota ruso corresponde a la figura deleuziana del filósofo, los caracteres de uno pueden ser inmediatamente transferidos al otro. Paralelamente, la misión del filósofo no consiste en legitimar territorios sino, nuevamente, en sustraerse a los códigos, normas y convenciones que delimitan el espacio, en “desterritorializarse” según los términos de Deleuze y Guattari, para eventualmente construir nuevos espacios (Cherniavsky, 2021, p. 60).

Dessa maneira, não se define o transcendental pelas figuras do empirismo, mas expande o domínio transcendental para novas direções, novas possibilidades, trazendo uma multiplicidade e variedade maiores, novos caminhos para a Filosofia, que pode ser definida, como seria mais a frente na vida de Deleuze, como criação de conceitos, separando o trabalho conceitual do plano de imanência, no qual eles se alojam de forma irregular e harmônica. Permite que tudo aquilo que não adentra o tradicionalismo ocidental filosófico torne-se capaz de exercício filosófico também, pois no fim de tudo, é um conhecimento, permite maior entendimento sobre a questão humana para qual seja o lado, seja na filosofia, nas ciências ou nas artes. Não devemos inferiorizar um tipo de conhecimento baseado em sua forma, pois, retomando Nietzsche mais uma vez, todo conhecimento, independente de uma verdade ou falsidade, possui valor para o pensamento, permite que se encontre novos meios de pensar, que para Deleuze, configuram novos modos de vida. Na defesa deleuziana ao entorno de



imagens como Nietzsche, Artaud e mesmo o Presidente Schreber, podemos enxergar essa vontade de cosmologia: a experiência humana transpassa noções de etnia, gênero, origem e sanidade. Não devemos tornar menos importante as constatações do louco, ao contrário, estaremos desperdiçando um modo de vida, de desejo, de filosofia que emerge da experiência divergente, aberrante, que ultrapassa todo e qualquer limite (o extraordinário buscado na separação da substância, deveria ser buscado na simples complexidade do ordinário). É preciso assim, pensar o pensamento em sua gênese, começar pela crítica àquilo que acreditamos ser filosofia, que acreditamos ser universal e inerente à todos, apenas assim seremos capazes de abranger tudo que se configura enquanto subversivo. E é preciso notar, só é subversivo em relação à estrutura do pensamento, que configura o que Grosfoguel chama de “sistema-mundo”, pois sendo elas apenas um dos modos de vida do ser, nada de confrontantes possuem em seu cerne: não são nada além de uma parte de nossas possibilidades.

Mas perguntai: para que me mutilava e me atormentava assim? Resposta: porque era muito enfadonho ficar sentado de braços cruzados. Lançava-me, então, nas minhas escapatórias. Realmente era assim. Observai-vos melhor, senhores, e compreenderéis que assim é. Imaginava, para mim mesmo, aventuras e inventava uma vida, para viver ao menos de algum modo. Quantas vezes me aconteceu, por exemplo, ficar ofendido não por um motivo determinado, mas intencionalmente! [...] Para começar a agir, é preciso, de antemão, estar de todo tranquilo, não conservando quaisquer dúvidas. E como é que eu, por exemplo, me tranquilizarei? Onde estão as minhas causas primeiras, em que me apoie? Onde estão os fundamentos? Onde irei buscá-los? [...] Odeia ou ama, apenas para não ficares sentado de braços cruzados (Dostoiévski, 2021, pp. 29-30).

Sejamos um idiota russo, homem dos subsolos, Miguilim no sertão de Guimarães Rosa, ou até mesmo, um esquizo, uma mulher-homem-bicho. Afirmo mais uma vez, que não aceita gracejos ou facilidades, que espuma de raiva com si mesmo por tédio, que nada deixa passar batido e nada aceita com facilidade. Sejamos aqueles que aceitam em si apenas uma coisa: a violência necessária para se buscar o que desejamos, procuremos a filosofia do martelo dentro de cada um de nós e com todos ao mesmo tempo, explorando a possibilidade humana como humanos e levando nossos devires ao limite, ao inimaginável.

A filosofia, deve subverter, o filósofo nunca ficar parado de frente a um muro que possa parecer um fim satisfatório, deve sempre buscar desviar-se dele, mesmo que este tenha sido erguido por ele mesmo. Ela deve procurar novos caminhos, novos atalhos, não se conformar uma pretensa universalidade que além de limitadora, castradora, é exterminadora, impossibilita formas de vida, coloniza a consciência, a intelectualidade, o pensar. A multiplicidade, a infinidade do pensamento só serão notadas quando o modelo da representação for deixado de lado; quando levarmos ao limite tudo que RE-presenta o dito normal, o dito filosófico; quando não quisermos mais cruzar nossos braços e



sim sempre buscarmos aventuras ficcionais, que por mais que não existam, enfureçam nosso espírito, transformem, transpassem a realidade, quebre os códigos sociais e seja tudo aquilo que o ocidente, que a representação repugna.

Recebido em: 01/06/2024

Aceito em: 14/10/2024

Publicado em: 28/10/2024



REFERÊNCIAS

- CHERNIAVSKY, Axel. La figura del idiota en la filosofía de Gilles Deleuze, considerada a partir de algunas de sus fuentes (Cusa, Descartes, Dostoievski). *Daimon - Revista Internacional de Filosofía*, n. 82, enero-abril, p. 49-62, 2021. DOI: <https://doi.org/10.6018/daimon.338931>.
- DELEUZE, Gilles. *Diferença e Repetição*. São Paulo: Editora Paz & Terra, 2018a.
- DELEUZE, Gilles. *Nietzsche e a filosofia*. São Paulo: n-1 edições, 2018a.
- DELEUZE, Gilles. GUATTARI, Félix. *O que é a filosofia?* Rio de Janeiro: Editora 34, 2010.
- DOSTOIÉVSKI, Fiódor. *Memórias do subsolo*. São Paulo: Editora 34, 2021.
- GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 25-49, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100003>.
- LAPOUJADE, David. *Deleuze, os movimentos aberrantes*. São Paulo: n-1 edições, 2015.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Além do bem e do mal ou prelúdio de uma filosofia do futuro*. São Paulo: Hemus, 2000.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Crepúsculo dos Ídolos*. São Paulo: Companhia das letras, 2006.
- ROSA, João Guimarães. *Campo Geral*. São Paulo: Editora Global, 2019.